

Banco Randon S.A.

Demonstrações financeiras
consolidadas do
conglomerado prudencial
de 31 de dezembro 2020
com Relatório do Auditor
Independente

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial	1
Demonstrações financeiras consolidadas auditadas	
Balanço patrimonial	5
Demonstração do resultado	7
Demonstração do resultado abrangente	8
Demonstração do fluxo de caixa - método indireto	9
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



**Building a better
working world**

Iguatemi Business
Avenida Nilo Peçanha, 2.900
9º andar --Chácara das Pedras
91.330-001- Porto Alegre - RS - Brasil
Tel: +55 51 3204-5500
ey.com.br

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Aos Acionistas e ao Conselho de Administração do
Banco Randon S.A.
Caxias do Sul – RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco Randon S.A. (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Banco Randon S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações financeiras do conglomerado prudencial previstas na Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, para elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas de propósito especial, conforme descrito na Nota Explicativa nº 2 às referidas demonstrações.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial”. Somos independentes em relação ao Banco de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Base de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 2 às referidas demonstrações financeiras que divulgam que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela Administração do Banco para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil. Consequentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras consolidadas foi elaborado exclusivamente para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.



Building a better
working world

Outros assuntos

Demonstrações do Resultado Abrangente (DRA)

A demonstração do resultado abrangente (DRA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaborada sob a responsabilidade da administração do Banco e apresentada como informação suplementar às disposições para elaboração de demonstrações financeiras do conglomerado prudencial previstas na Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios legais. Em nossa opinião, essas demonstrações do resultado abrangente foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos e são consistentes em relação às demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial tomadas em conjunto.

Demonstrações financeiras individuais

O Banco Randon S.A. elaborou um conjunto de demonstrações financeiras para fins gerais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria sem modificações, em 17 de fevereiro de 2021.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos na Nota Explicativa nº 2, assim como pelos controles internos que a Administração determinou como necessário para permitir a elaboração das referidas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial.



Building a better
working world

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela administração de acordo com os requisitos da Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras consolidadas.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manterem em continuidade operacional.



EY

**Building a better
working world**

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do conglomerado prudencial e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 30 de março de 2021

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Américo F. Ferreira Neto
Contador CRC-1SP192685/O-9

Balanços patrimoniais

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Ativo			
Circulante		648.312	461.078
Disponibilidades	5	10.314	8.074
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	2.299	2.578
Aplicações em operações compromissadas		2.299	2.578
Instrumentos financeiros		566.574	380.802
Títulos e valores mobiliários	6	33.070	25.928
Operações de crédito	7.a	525.593	353.762
Outros créditos	7.a	7.911	1.112
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7.b	(6.863)	(5.314)
Operações de crédito		(6.824)	(5.309)
Outros créditos		(39)	(5)
Ativos fiscais correntes		186	85
Impostos a recuperar		186	85
Outros ativos	8	75.802	74.853
Recursos pendentes de recebimento		58.031	55.902
Créditos diversos		743	1.708
Outros valores e bens		17.028	17.243
Bens não de uso próprio		18.741	17.126
Provisão para desvalorização de outros valores e bens		(2.048)	(253)
Despesas antecipadas		335	370
Não circulante		341.423	224.024
Realizável a longo prazo		335.592	222.281
Instrumentos financeiros	7.a	299.047	186.267
Operações de crédito		299.047	186.267
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7.b	(4.261)	(3.314)
Operações de crédito		(4.261)	(3.314)
Ativos fiscais diferidos	19.b	21.904	16.454
Outros ativos	8	18.902	22.874
Pagamentos a ressarcir		14.956	16.379
Créditos diversos		3.796	6.306
Outros valores e bens		150	189
Bens não de uso próprio		-	39
Outros		150	150
Permanente		5.831	1.743
Investimentos		10	9
Imobilizado de uso	9	4.543	2.388
Intangível	9	8.330	6.234
Depreciações e amortizações acumuladas		(7.052)	(6.888)
Imobilizado de uso	9	(1.856)	(1.861)
Intangível	9	(5.196)	(5.027)
Total do ativo		989.735	685.102

	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante		367.990	269.047
Depósitos e demais instrumentos financeiros		244.202	172.050
Depósitos	10	103.615	102.773
Depósitos interfinanceiros		101.777	85.646
Depósitos a prazo		1.838	17.127
Obrigações por emissão de letras financeiras	11	25.908	-
Obrigações por empréstimos e repasses	12	114.675	67.699
Dívida subordinada	13	4	1.578
Provisões	14	-	3
Riscos cíveis e trabalhistas		-	3
Obrigações fiscais correntes e diferidas	15	6.999	4.349
Outros passivos	16	116.789	92.645
Fornecedores		6.969	685
Salários e encargos		4.276	3.272
Cobrança de arrecadação de tributos e assemelhados		7	536
Fiscais e previdenciárias		4.138	3.584
Sociais e estatutárias		13.121	5.752
Recursos pendentes de recebimento (grupos encerrados)		58.031	55.902
Recursos não procurados		11.580	9.058
Outras obrigações diversas		18.667	13.856
Exigível a longo prazo		410.868	298.930
Depósitos e demais instrumentos financeiros		409.777	298.108
Depósitos	10	111.172	82.983
Depósitos interfinanceiros		17.255	-
Depósitos a prazo		93.917	82.983
Obrigações por empréstimos e repasses	12	238.605	155.125
Dívida subordinada	13	60.000	60.000
Provisões	14	958	822
Riscos cíveis e trabalhistas		958	822
Outros passivos	16	133	-
Outras obrigações diversas		133	-
Resultado de exercícios futuros	17	2.091	1.306
Resultado de exercícios futuros		2.091	1.306
Patrimônio líquido		208.786	115.819
Capital social			
De domiciliados no país	18.a	135.000	75.000
Reservas de lucros		15.002	8.623
Legal		2.365	1.947
Estatutária		12.637	6.676
Ajustes de avaliação patrimonial		41	15
Participação de não controladores		58.743	32.181
Total do passivo e patrimônio líquido		989.735	685.102

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado
Semestre findo em 31 de dezembro de 2020 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto lucro por lote de mil ações/quotas)

	Nota	31/12/2020		31/12/2019
		2º Semestre	Exercício	Exercício
Receitas da intermediação financeira		37.026	63.995	54.259
Operações de crédito		36.689	62.399	50.834
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		337	1.596	3.425
Despesas da intermediação financeira		(19.454)	(33.022)	(26.767)
Operações de captação no mercado		(3.910)	(8.515)	(13.129)
Operações de empréstimos e repasses		(11.527)	(20.055)	(14.123)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(4.017)	(4.452)	485
Resultado bruto da intermediação financeira		17.572	30.973	27.492
Outras receitas/despesas operacionais		15.100	34.415	31.880
Receitas de prestação de serviços	20	95.101	181.717	177.763
Rendas de tarifas bancárias		1.636	2.623	1.838
Despesas de pessoal		(13.631)	(26.282)	(24.051)
Outras despesas administrativas	21	(57.596)	(102.572)	(106.752)
Despesas tributárias		(12.011)	(22.659)	(21.705)
Outras receitas operacionais	22	6.000	8.260	11.463
Outras despesas operacionais	22	(4.399)	(6.672)	(6.676)
Resultado operacional		32.672	65.388	59.372
Resultado não operacional		(1.793)	(1.835)	(359)
Receitas não operacionais		78	156	140
Despesas não operacionais		(1.871)	(1.991)	(499)
Resultado antes dos tributos e participações		30.879	63.553	59.013
Tributos sobre o lucro	19.a	(10.826)	(22.268)	(20.794)
Provisão para imposto de renda		(9.989)	(18.655)	(15.203)
Provisão para contribuição social		(5.078)	(9.169)	(6.599)
Ativo fiscal diferido		4.241	5.556	1.008
Lucro líquido do semestre/exercício		20.053	41.285	38.219
Atribuível a:				
Controladores		3.978	8.366	8.047
Quantidade de ações do capital social por lote de mil ações		137.899	137.899	79.646
Lucro líquido por lote de mil ações – R\$		0,029	0,061	0,101
Não controladores		16.075	32.919	30.172
Quantidade de quotas do capital social (em milhares)		30.000	30.000	30.000
Lucro líquido por quota – R\$		0,536	1,097	1,006

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente

Semestre findo em 31 de dezembro de 2020 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	31/12/2020		31/12/2019
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Lucro líquido no semestre/exercício	20.053	41.285	38.219
Outros resultados abrangentes – itens que podem ser reclassificados para o resultado	254	253	(31)
Ganho (perda) atuarial – Randonprev	393	393	(47)
Imposto de renda e contribuição social diferidos – Randonprev	(139)	(140)	16
Total do resultado abrangente do semestre/exercício	20.307	41.538	38.188
Resultado abrangente atribuível a controladores	4.005	8.392	8.037
Resultado abrangente atribuível a não controladores	16.302	33.146	30.151

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do fluxo de caixa - método indireto
Semestre findo em 31 de dezembro de 2020 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	31/12/2020	31/12/2019	
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do semestre/exercício	20.053	41.285	38.219
Ajustes ao resultado:			
Constituição (reversão) de provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	3.978	4.418	(490)
Constituição de provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	39	34	5
(Reversão) de provisão para outros créditos	-	-	(7)
Constituição de provisão para riscos cíveis e trabalhistas	91	133	124
Constituição de provisão para outros pagamentos	300	600	-
Constituição de provisão para desvalorização de outros valores e bens	1.795	1.795	253
Constituição de provisão com comissões	749	764	987
Constituição (reversão) de provisão com empréstimos	1.223	2.075	(339)
Constituição de provisão de outras provisões operacionais	4.963	5.589	1.259
Custo dos ativos baixados	1	1	16
Depreciações e amortizações	291	475	336
Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	10.826	22.268	20.794
Juros sobre dívida subordinada	592	1.650	4.855
Atualização monetária de processos judiciais	(21)	(112)	-
Lucro líquido ajustado	44.880	80.975	66.012
Variações nos ativos e passivos			
Redução em títulos e valores mobiliários	28.523	3.774	16.467
(Aumento) em operações de crédito	(207.338)	(286.568)	(164.112)
(Aumento) redução em outros créditos	(1.551)	(5.622)	19.653
(Aumento) em outros valores e bens	(1.556)	(1.541)	(1.478)
Aumento em depósitos interfinanceiros	58.591	33.386	85.646
Aumento (redução) em depósitos a prazo	(23.681)	(15.295)	10.897
Aumento em obrigações por emissão de letras financeiras	25.908	25.908	-
Aumento em obrigações por empréstimos e repasses	95.977	130.456	63.655
Aumento (redução) em outras obrigações	(1.122)	10.798	(17.685)
Aumento em resultados de exercícios futuros	74	785	165
Ajustes de avaliação patrimonial	49	48	(15)
Impostos pagos sobre o lucro	(12.865)	(25.446)	(19.219)
Fluxo de caixa gerado (aplicado) nas atividades operacionais	5.889	(48.342)	59.986
Aquisição de imobilizado de uso			
Aquisição de intangível	(634)	(2.469)	(185)
Fluxo de caixa gerado (aplicado) pelas atividades de investimento	(1.313)	(2.094)	(948)
Fluxo de caixa gerado (aplicado) pelas atividades de investimento	(1.947)	(4.563)	(1.133)
Dividendos pagos			
Juros periódicos sobre dívida subordinada pagos	-	(1.910)	(41.310)
Integralização de capital	(1.614)	(3.224)	(44.032)
Fluxo de caixa gerado (aplicado) nas atividades de financiamentos	-	60.000	-
Fluxo de caixa gerado (aplicado) nas atividades de financiamentos	(1.614)	54.866	(85.342)
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	2.328	1.961	(26.489)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	10.285	10.652	37.141
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercício	12.613	12.613	10.652
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	2.328	1.961	(26.489)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Semestre findo em 31 de dezembro de 2020 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	Reservas de lucros						Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Legal	Estatutária	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total		
Saldos em 1º de janeiro de 2019	75.000	1.544	2.674	25	-	79.243	41.030	120.273
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	8.047	8.047	30.172	38.219
Dividendos	-	-	-	-	(1.910)	(1.910)	(39.000)	(40.910)
Dividendos AGOE 30/04/2019	-	-	(1.732)	-	-	(1.732)	-	(1.732)
Destinação:								
Reserva legal	-	403	-	-	(403)	-	-	-
Reserva geral de lucros	-	-	5.734	-	(5.734)	-	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	(10)	-	(10)	(21)	(31)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	75.000	1.947	6.676	15	-	83.638	32.181	115.819
Saldos em 1º de janeiro de 2020	75.000	1.947	6.676	15	-	83.638	32.181	115.819
Integralização de capital (Nota 18)	60.000	-	-	-	-	60.000	-	60.000
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	8.366	8.366	32.919	41.285
Dividendos	-	-	-	-	(1.987)	(1.987)	(6.584)	(8.571)
Destinação:								
Reserva legal	-	418	-	-	(418)	-	-	-
Reserva geral de lucros	-	-	5.961	-	(5.961)	-	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	26	-	26	227	253
Saldos em 31 de dezembro de 2020	135.000	2.365	12.637	41	-	150.043	58.743	208.786
Saldos em 1º de julho de 2020	135.000	2.166	6.676	14	4.169	148.025	49.025	197.050
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	3.978	3.978	16.075	20.053
Dividendos	-	-	-	-	(1.987)	(1.987)	(6.584)	(8.571)
Destinação:								
Reserva legal	-	199	-	-	(199)	-	-	-
Reserva geral de lucros	-	-	5.961	-	(5.961)	-	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	27	-	27	227	254
Saldos em 31 de dezembro de 2020	135.000	2.365	12.637	41	-	150.043	58.743	208.786

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional

O Banco Randon S.A. ("Banco"), sediado na Avenida Rubem Bento Alves, n.º 1469, sala 03, Bairro Interlagos, em Caxias do Sul – RS, foi constituído em 26 de outubro de 2009 e atua sob a forma de banco múltiplo, sem carteira comercial, autorizado a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em 14 de dezembro de 2009. Suas atividades operacionais tiveram início em 20 de julho de 2010 e atualmente opera com as carteiras de crédito, financiamento e investimento; investimento e de arrendamento mercantil.

Atualmente, as operações do Banco são voltadas às oportunidades geradas pelo conglomerado econômico financeiro, formado pelas Empresas Randon disponibilizando linhas de financiamento nas modalidades de BNDES-FINAME, CDC, *Floor Plan* e Vendor, empréstimos nas modalidades crédito pessoal e consignado, capital de giro, além de direitos creditórios descontados. Também são ofertados serviços financeiros tais como Cessão de Direitos Creditórios e Investimentos, e suas demonstrações financeiras devem ser analisadas neste contexto.

A Randon Administradora de Consórcios Ltda. ("Administradora"), sediado na Avenida Rubem Bento Alves, n.º 1469, Bairro Interlagos, em Caxias do Sul-RS, tem como objetivo a administração de grupos de consórcio par aquisição de bens de consumo duráveis. Os recursos recebidos dos grupos de consórcio são utilizados na aquisição de bens, sendo o excedente aplicado no mercado financeiro.

	Controladores		
	Direto	Indireto	Grupo econômico
Banco	Randon Investimentos Ltda.	Randon S.A. Implementos e Participações	Dramd Participações e Administração Ltda.
Administradora	Randon S.A. Implementos e Participações	Dramd Participações e Administração Ltda.	-

Em atendimento à Resolução CMN n.º 4.280/2013, essas empresas estão consolidando suas demonstrações financeiras para fins de apresentação do Conglomerado Prudencial.

1.1. Impactos Covid-19

Em 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial de Saúde ("OMS") anunciou uma emergência de saúde global devido a um surto de Coronavírus (COVID-19) originário de Wuhan na China, atentando para os riscos na comunidade internacional, considerada a capacidade de o vírus se espalhar globalmente, indo além do seu ponto de origem. Em março de 2020, a OMS classificou o surto de COVID-19 como uma pandemia.

As instituições que compõem o Conglomerado Prudencial estão tomando todas as medidas necessárias para proteção dos funcionários e auxílio no combate à Covid-19. Entre as medidas adotadas estão: a medição de temperatura e nível de oxigenação de funcionários, intensificação na higienização dos ambientes coletivos, além da adoção de trabalho à distância. Adicionalmente, a Administradora adotou a distribuição de máscaras aos funcionários.

A administração avaliou os principais riscos e impactos contábeis, além das incertezas que poderiam afetar as referidas contabilizações e divulgações expressas nas demonstrações financeiras. Na data de emissão destas demonstrações financeiras, as instituições que compõem o Conglomerado Prudencial não identificaram riscos à continuidade de seus negócios, às estimativas e julgamentos contábeis.

A administração do Banco Randon S.A. tomou medidas, em atendimento a Circular SUP/ADIG BNDES n.º 11/2020 de 23 de março de 2020, o que correspondeu a um aumento significativo no volume de renegociações de operações de FINAME efetivadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, em decorrência da COVID-19. Os montantes dessas operações, estão mencionados na Nota 7.h.

A administração entende que as demonstrações financeiras do exercício do Banco Randon S.A. e da Randon Administradora de Consórcios Ltda. não apresentam outros impactos relevantes no exercício findo em 31 de dezembro de 2020. As administrações destas instituições continuam com o monitoramento e ações a serem tomadas em relação ao COVID-19.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela Administração do Banco para cumprir os requisitos da Resolução CMN nº 4.280/2013 e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (BACEN). Conseqüentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras consolidadas foi elaborado, exclusivamente, para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.

A presente demonstração financeira de 31 de dezembro 2020 reflete as alterações previstas na Resolução BCB 2 emitida pelo Banco Central do Brasil e Resolução 4.818/2020 emitida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, o Banco como entidade controladora consolidou suas demonstrações financeiras com as da Randon Administradora de Consórcio Ltda., somando os saldos de itens de mesma natureza, e eliminando o efeito de eventuais transações entre as entidades envolvidas. As demonstrações consolidadas foram elaboradas utilizando-se políticas contábeis uniformes para transações e eventos similares.

Para melhor entendimento das demonstrações financeiras consolidadas, segue abaixo resumo da consolidação:

			31/12/2020			
	Total do ativo	Total do passivo	Patrimônio líquido/Participação de não controladores	Total do passivo e patrimônio líquido	Lucro Líquido do 2.º semestre	Lucro Líquido do exercício
Banco	870.129	720.086	150.043	870.129	3.978	8.366
Administradora	165.707	106.964	58.743	165.707	16.075	32.919
Eliminações	(46.101)	(46.101)	-	(46.101)	-	-
Consolidado	989.735	780.949	208.786	989.735	20.053	41.285

			31/12/2019		
	Total do ativo	Total do passivo	Patrimônio líquido/Participação de não controladores	Total do passivo e patrimônio líquido	Lucro Líquido do exercício
Banco	575.001	491.363	83.638	575.001	8.047
Administradora	121.040	88.859	32.181	121.040	30.172
Eliminações	(10.939)	(10.939)	-	(10.939)	-
Consolidado	685.102	569.283	115.819	685.102	38.219

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria em 30 de março de 2021.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional das instituições integrantes do Conglomerado Prudencial.

b) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério "pro rata" dia para as de natureza financeira, as quais são calculadas com base no modelo exponencial. As operações com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

A taxa de administração dos grupos de consórcio é reconhecida como receita na Administradora por ocasião do recebimento das parcelas conforme artigo 8º, § 2º da Circular BACEN nº 2.381/1993. As despesas de comissões de vendas das cotas de consórcio são apropriadas ao resultado por ocasião dos recebimentos das parcelas dos consorciados pela qual as comissões estão vinculadas e classificadas na rubrica "Outras despesas administrativas". As demais receitas e despesas são contabilizadas de acordo com o regime de competência mensal.

c) Caixa e equivalentes de caixa – demonstração dos fluxos de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda e aplicações interfinanceiras de liquidez, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

A demonstração do fluxo de caixa pelo método indireto foi preparada e apresentada de acordo com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

e) Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular BACEN nº 3.068/2001 e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação da Administração em três categorias específicas atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- (i) *Títulos para negociação* - Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- (ii) *Títulos disponíveis para a venda* - Que não se enquadrem como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido deduzidos dos efeitos tributários; e
- (iii) *Títulos mantidos até o vencimento* - Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

f) Operações de crédito

As operações de crédito (empréstimos, direitos creditórios descontados e financiamentos) e outros créditos (direitos creditórios sem coobrigação) estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções CMN nºs 2.682/99 e 2.697/00.

As operações de crédito pré-fixadas estão contabilizadas pelo valor até o vencimento reduzidas das rendas a apropriar, que são calculadas pelo método exponencial e apropriadas ao resultado, segundo regime de competência.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 59 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito e, a partir do 60º dia, são mantidas em rendas a apropriar.

As baixas das operações de crédito contra prejuízo ("write-offs") são efetuadas após decorridos seis meses de sua classificação no *rating* "H", desde que apresentem atraso superior a 180 dias. O controle destes valores ocorre em contas de compensação por no mínimo cinco anos, não sendo mais registradas em contas patrimoniais.

Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses, é realizada a contagem em dobro dos prazos, conforme facultado pela Resolução CMN nº 2.682/99.

g) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito e outros créditos é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos pelo BACEN nas Resoluções CMN nºs 2.682/99 e 2.697/00, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas quando da data da renegociação. As renegociações que já haviam sido baixadas contra provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H" e as eventuais receitas provenientes de renegociações somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

h) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo

Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias "pro rata" dia incorridos, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar, quando aplicáveis.

i) Investimentos

Os investimentos são avaliados pelo custo, líquido de provisão para perdas, quando aplicável.

j) Bens não de uso próprio

Em alguns casos, os bens são reintegrados após a execução dos créditos inadimplentes. Bens reintegrados são mensurados pelo valor contábil ou pelo valor justo de mercado, o que for menor, sendo o montante registrado em "Bens não de uso próprio".

k) Imobilizado de uso

Demonstrado ao valor de custo. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota 9, que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens com base em laudo de avaliação técnica e demais critérios estabelecidos na Resolução CMN nº 4.535/16 e Circular BACEN n.º 3.817/16.

l) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos (licenças de uso de *software* e sistemas de processamentos de dados) que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção. Está demonstrado ao valor de custo, ajustado por amortizações acumuladas mencionadas na Nota 9, calculadas a partir do momento em que começam a ser usufruídos os benefícios respectivos, e levam em conta sua vida útil-econômica com base em laudo de avaliação técnica, bem como os demais critérios estabelecidos na Resolução CMN nº 4.534/16 e Circular BACEN n.º 3.818/16.

m) Redução ao valor recuperável de ativo

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive o ativo intangível, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida nas demonstrações do resultado pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

n) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

o) Obrigações por empréstimos e repasses, letras financeiras e dívida subordinada

As operações com cláusulas de atualização monetária e as operações com encargos pré-fixados estão registradas a valor presente, líquidas dos custos de transação incorridos, calculadas "pro rata" dia com base na taxa efetiva das operações.

p) Ativos e passivos contingentes

De acordo com a Resolução CMN nº 3.823/09:

- Ativos contingentes - são reconhecidos apenas quando da existência de evidências que assegurem sua realização.
- Passivos contingentes - são representados por obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência dependa de eventos futuros. A provisão é reconhecida para a parte da obrigação para a qual é provável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos.

São constituídas provisões levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, quando individualmente relevante, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

a) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Os valores demonstrados incluem, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias (em base "pro rata" dia) incorridos, assim como provisão para perda, quando julgada necessária.

r) Créditos tributários, impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social -PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo. No Banco, a partir de 1º de janeiro de 2019 a alíquota da contribuição social foi reduzida de 20% para 15%. A partir de março de 2020 a alíquota da contribuição social foi majorada para 20%.

Os créditos tributários e obrigações tributárias diferidas referentes a imposto de renda e contribuição social são constituídos sobre diferenças temporárias indedutíveis entre o resultado contábil e o fiscal, prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social. De acordo com o disposto nas Circulares BACEN nº 3.171/2002 e 3.174/2003, bem como na Resolução CMN nº 3.059/2002, a expectativa de realização dos referidos créditos e obrigações, conforme demonstrado na Nota 19, está baseada em projeção de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico revisado e atualizado em 31 de dezembro de 2020.

s) Resultado de exercícios futuros

Referem-se a receitas de operações de crédito recebidas antecipadamente, que serão reconhecidas conforme os prazos dos contratos de financiamentos.

t) Resultado por ação/quota

O lucro líquido por ação ou quota é calculado em Reais com base na quantidade de ações em circulação bem como número de quotas, na data dos balanços.

u) Plano de pensão e de benefícios pós-emprego a funcionários

As instituições que compõem o Conglomerado Prudencial são patrocinadoras de plano de previdência complementar, do tipo contribuição definida e um benefício mínimo garantido, equivalente a 1 (um) salário básico contratual para cada 10 anos de serviço prestado às Empresas Randon, limitado a 30 anos, o que lhe dá a característica de um plano misto, pois conjuga características dos planos definidos e de contribuição definida (Nota 27).

O plano de previdência, gerido pelo Randonprev Fundo de Pensão, uma entidade fechada de previdência complementar, tem como objetivo principal a suplementação de renda pós-carreira, aos empregados das Empresas Randon.

O referido plano contempla os seguintes benefícios: aposentadoria normal, aposentadoria antecipada, aposentadoria por invalidez, pensão por morte, benefício proporcional e benefícios mínimos garantidos.

As instituições que compõem o Conglomerado Prudencial reconhecem sua obrigação com o plano de benefício aos seus empregados, e, quanto aos custos relacionados, líquidos dos ativos do plano, adotando as seguintes práticas:

- Os custos com o plano de pensão, e dos benefícios pós-emprego adquiridos pelos empregados, são determinados atuarialmente, usando o método da unidade de crédito projetada e a melhor estimativa da administração da performance esperada dos investimentos do plano para fundos, crescimento salarial, idade de aposentadoria dos empregados. A taxa de desconto usada para mensurar as obrigações das Empresas Randon, com o pagamento dos benefícios de pós-emprego, baseia-se na taxa no mercado financeiro com perspectiva de longo prazo;
- Os ativos do plano de pensão são avaliados a valor de mercado;
- Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos imediatamente no resultado abrangente do exercício, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) - Benefício a Empregados;
- Reduções do plano resultam de alterações significativas do tempo de serviço esperado dos empregados ativos. É reconhecida uma perda líquida com redução quando o evento é provável e pode ser estimado, enquanto que o ganho líquido com redução é diferido até a sua realização.

Na contabilização dos benefícios de pensão e pós-emprego, são usadas várias estatísticas e outros fatores, com o objetivo de antecipar futuros eventos, no cálculo da despesa e das obrigações relacionadas com o plano. Esses fatores incluem premissas de taxa de desconto, retorno esperado dos ativos do plano e taxa de crescimento da massa salarial.

Adicionalmente, consultores atuariais também usam fatores subjetivos, como taxas de desligamento, rotatividade e mortalidade para estimar estes fatores. As premissas atuariais usadas pelas instituições, são baseadas em estudos de aderência realizado pelo atuário, como inflação de longo prazo compatível com os fluxos de pagamento das obrigações avaliadas, hipóteses de rotatividade e hipóteses de mortalidade e de inválidos.

v) Outros benefícios a empregados

Outros benefícios concedidos a empregados e administradores incluem, em adição à remuneração fixa (salários e contribuições para a seguridade social (INSS), férias, 13º salário), remunerações variáveis como participação nos lucros e plano de previdência privada - contribuição definida, (Nota 27). Esses benefícios são registrados no resultado do semestre/exercício por ocorrência de uma obrigação com base em regime de competência, à medida que são incorridos.

x) Resultado recorrente e não recorrente

Resultado recorrente é aquele que está relacionado com as atividades características das instituições que compõem o Conglomerado Prudencial, ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto o resultado não recorrente é aquele resultante de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro. A avaliação para resultado não recorrente é avaliada a cada semestre e em caso de ter algum evento será destacado em nota explicativa.

4. Estimativas e premissas contábeis significativas

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As informações financeiras do Banco incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisão para riscos cíveis e trabalhistas, outras provisões e projeções de realização de créditos tributários. Na Administradora, as estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

Na preparação destas informações financeiras, a Administração deve exercer, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Banco e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas.

Na Administradora, as estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes.

Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas. A revisão das estimativas é avaliada pelo menos anualmente.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício social, são destacadas a seguir:

a) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

No Banco, a provisão para perdas com operações de crédito e outros créditos é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando critérios de provisionamento definidos pelo BACEN nas Resoluções nrs. 2.682/99 e 2.697/00 associadas às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito. A quantidade de perdas de crédito esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas.

b) Impostos diferidos

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social são constituídos sobre diferenças temporariamente indedutíveis, prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social. No Banco, esses créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas de realização, considerando os requisitos expostos na Resolução nr. 3.059 do CMN, e aplicados nos estudos técnicos e análises realizadas pela Administração. A Administradora considera os procedimentos estabelecidos na Circular BACEN nr. 3.174/2003. Para maiores detalhes sobre impostos diferidos, vide Nota explicativa 19.

c) Provisões para riscos cíveis e trabalhistas

As instituições que compõem o Conglomerado Prudencial reconhecem provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

d) Provisão para perdas de empréstimos

A Administradora utiliza critérios específicos de provisão para calcular a perda de empréstimos a grupos. Os percentuais de provisão aplicados consideram o prazo como item fundamental para considerar a provisão de perda. A quantidade de perdas esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas.

e) Provisões para comissão

Na Administradora, a provisão de comissão com vendas é reconhecida no momento em que ocorre a realização dos valores, e também onde temos a evidência e a confiabilidade de que a mesma irá se realizar efetivamente. O consorciado por ser um investidor e não um devedor poderá efetuar diversas negociações, como; deixar de efetuar os pagamentos e ter sua cota cancelada, realizar negociações, como por exemplo: aditamentos, repactuações, e nestes casos o cliente fica adimplente, porém a parcela não é paga, realizar trocas de faixa para um crédito de maior ou menor valor, casos em que o valor da comissão altera, desistir da cota, entre outros.

f) Provisão para promoção de vendas

A Administradora realiza campanhas que tem como objetivo incentivar e alavancar vendas. Dependendo das mudanças nas circunstâncias econômicas esta despesa pode não se realizar conforme o previsto, ou seja, o resultado será proporcional ao atingimento das metas.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2020	31/12/2019
Operações compromissadas – posição bancada		
Letras do Tesouro Nacional	2.299	-
Notas do Tesouro Nacional	-	2.578
Disponibilidades	10.314	8.074
Total	12.613	10.652

Para fins da demonstração do fluxo de caixa, inclui, conforme Resolução CMN nº 3.604/08 e CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, dinheiro em caixa, depósito bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, com prazo de vencimento, na data de aquisição, igual ou inferior a 90 dias.

6. Títulos e valores mobiliários

Títulos para negociação	Sem vencimento	31/12/2020		Valor de mercado (contábil)	Valor de custo	31/12/2019 Valor de mercado (contábil)
		A vencer até 12 meses	A vencer acima de 12 meses			
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	-	14.614	8.364	22.978	22.979	19.947
Fundos de investimento	5.734	-	-	5.734	5.734	3.798
Certificado de depósito bancário (CDB pós-fixado)	-	4.358	-	4.358	4.358	2.183
Total	5.734	18.972	8.364	33.070	33.071	25.928

O valor de mercado dos títulos públicos federais foi apurado com base na cotação obtida na Associação Brasileira de Entidades de Mercado Financeiro e de Capitais (ANBIMA).

O valor de mercado dos títulos privados é correspondente aos preços dos ativos na CETIP – Mercados Organizados, e nas aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas.

De acordo com a Circular BACEN nº 3.068 de 8 de novembro de 2001, os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos para negociação devem ser apresentados no ativo circulante, independentemente do prazo de vencimento.

7. Operações de crédito

As informações da carteira em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 são assim sumarizadas:

a) Composição da carteira por modalidade

	31/12/2020		31/12/2019	
	R\$	% sobre total da carteira	R\$	% sobre total da carteira
Operações de Crédito				
Empréstimos (a)	21.755	2,61	5.972	1,10
Direitos creditórios descontados	39.183	4,71	19.354	3,58
Financiamentos (b)	763.702	91,73	514.703	95,11
Total	824.640	99,05	540.029	99,79
Circulante	525.593	63,13	353.762	65,37
Realizável a longo prazo	299.047	35,92	186.267	34,42
Outros créditos				
Cessão de direitos creditórios sem coobrigação (c)	7.911	0,95	1.112	0,21
Total	7.911	0,95	1.112	0,21
Circulante	7.911	0,95	1.112	0,21
Total da carteira	832.551	100,00	541.141	100,00

(a) Composto por operações de empréstimo de crédito pessoal, crédito pessoal consignado e capital de giro.

(b) Composto por operações de financiamento com recursos BNDES/FINAME, CDC, Vendor e Compropr (*Floor Plan*).

(c) Referem-se a títulos e créditos a receber com característica de concessão de crédito, contabilizados em outros créditos diversos.

b) Diversificação da carteira por vencimento

	31/12/2020		31/12/2019	
	R\$	%	R\$	%
Vencidos:	820	0,10	9.103	1,68
A vencer:				
Até 90 dias	403.686	48,49	271.765	50,22
De 91 até 360 dias	128.998	15,49	74.006	13,68
Acima de 361 dias	299.047	35,92	186.267	34,42
Total a vencer	831.731	99,90	532.038	98,32
Total	832.551	100,00	541.141	100,00
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito				
Circulante	(6.824)	61,35	(5.309)	61,53
Realizável a longo prazo	(4.261)	38,30	(3.314)	38,41
Total provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(11.085)	99,65	(8.623)	99,94
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de outros créditos				
Circulante	(39)	0,35	(5)	0,06
Total provisão para perdas esperadas associadas ao risco de outros créditos	(39)	0,35	(5)	0,06
Total da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(11.124)	100,00	(8.628)	100,00
Total da carteira líquida	821.427		532.513	

c) Diversificação da carteira por nível de concentração

	31/12/2020		31/12/2019	
	R\$	% sobre total da carteira	R\$	% sobre total da carteira
Principal devedor	27.167	3,26	26.996	4,99
20 maiores devedores seguintes	235.038	28,23	154.302	28,51
Demais devedores	570.346	68,51	359.843	66,50
Total	832.551	100,00	541.141	100,00

d) Composição da carteira por nível de risco

Nível de risco	Percentual de provisão	31/12/2020		31/12/2019	
		Valor da carteira R\$	Valor da provisão R\$	Valor da carteira R\$	Valor da provisão R\$
AA	0,00%	-	-	512	-
A	0,50%	283.194	1.416	345.849	1.729
B	1,00%	516.040	5.160	177.684	1.777
C	3,00%	25.746	772	9.281	278
D	10,00%	138	14	675	68
E	30,00%	3.982	1.195	3.376	1.013
F	50,00%	1.733	866	-	-
G	70,00%	59	42	3	2
H	100,00%	1.659	1.659	3.761	3.761
Total		832.551	11.124	541.141	8.628

Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	31/12/2020		31/12/2019
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Saldo inicial	7.184	8.628	9.492
Constituição de provisão	7.180	12.847	9.175
Reversão de provisão	(3.163)	(8.395)	(9.660)
Créditos baixados contra prejuízo (a)	(77)	(1.956)	(379)
Saldo final	11.124	11.124	8.628

(a) Os créditos baixados contra prejuízo obedecem às práticas contábeis descritas na Nota 3.f.

e) Composição da carteira por indexador

	31/12/2020		31/12/2019	
	R\$	%	R\$	%
Operações pré-fixadas	633.899	76,14	392.259	72,49
Operações pós-fixadas	198.652	23,86	148.882	27,51
Total	832.551	100,00	541.141	100,00

f) Composição da carteira por atividade econômica e tipo de cliente

	31/12/2020		31/12/2019	
	R\$	%	R\$	%
Indústria	40.847	4,90	21.269	3,93
Comércio	314.527	37,78	211.891	39,16
Serviços	468.612	56,29	305.970	56,54
Pessoa jurídica	823.986	98,97	539.130	99,63
Pessoa física	8.565	1,03	2.011	0,37
Total	832.551	100,00	541.141	100,00

- g) No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram recuperados créditos anteriormente baixados como prejuízo no montante de R\$1.876 (R\$ 3.263 em 31 de dezembro de 2019).
- h) No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram renegociadas operações no total de R\$279.260 (R\$2.723 no exercício findo em 31 de dezembro de 2019). Do montante total renegociado no exercício de 2020, R\$ 245.468 corresponde a renegociações de operações de FINAME efetivadas com base na Circular SUP/ADIG BNDES nr.11/2020 de 23 de março de 2020, que se referem a medidas em função da COVID-19, e o saldo restante representam iniciativas do Banco devido a esta pandemia e outras negociações.
- i) Cessões de crédito

No primeiro semestre de 2019, o Banco Randon cedeu através de cessão de créditos, sem coobrigação, o montante de R\$1.752 a terceiros. A operação cedida gerou resultado de R\$200 durante o período, computados como recuperação de créditos baixados para prejuízo.

No exercício de 2020, o Banco Randon adquiriu através de cessão de direitos creditórios, R\$7.911 (R\$1.112 no exercício de 2019) em duplicatas de fornecedores das Empresas Randon, sem coobrigação (Nota 8.a). As operações adquiridas geraram resultado de R\$77 no período (R\$4 no exercício de 2019). No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, não foram realizadas cessões de operações de crédito com coobrigação.

8. Outros ativos

	31/12/2020	31/12/2019
Recursos pendentes de recebimento (a)	58.031	55.902
Outros créditos diversos	4.539	8.014
Empréstimos a grupos encerrados (b)	29.232	29.755
(-) Provisão para perda com empréstimos a grupos encerrados (b)	(26.147)	(24.072)
Devedores diversos	259	246
Adiantamentos diversos	158	232
Adiantamento e antecipações salariais	326	174
Depósitos judiciais (Nota 14)	711	621
Direitos por adiantamento a terceiros (c)	-	1.058
Pagamentos a ressarcir (d)	14.956	16.379
Outros valores e bens	17.178	17.432
Bens não de uso próprio (e)	16.693	16.912
Outros	150	150
Despesas antecipadas	335	370
Total	94.704	97.727
Circulante	75.802	74.853
Realizável a longo prazo	18.902	22.874

- (a) Referem-se a recursos a receber oriundos de cobrança judicial decorrentes de encerramentos dos grupos transferidos para a Administradora, conforme determina a Circular nº 3.432/09 do Banco Central do Brasil, sendo que, as respectivas obrigações de ratear os valores proporcionalmente entre os beneficiários, quando recuperados, estão registradas na conta de recursos pendentes de recebimento no passivo.
- (b) Empréstimos a grupos e provisão para perda com empréstimos a grupos encerrados

Referem-se a perda com empréstimos conforme detalhado na Nota Explicativa nº 4.d, realizados a grupos de consórcios administrados pela Administradora, por meio de análise de situação financeira dos grupos tomadores onde a respectiva provisão de perda constituída pela Administradora tem como base uma política aonde ao final de 5 anos é realizada a provisão de 100% do empréstimo.

(c) Direitos por adiantamentos a terceiros - Administradora

Referem-se a adiantamentos concedidos a fornecedores, relativos a recursos antecipados de grupos de consórcios, efetuados de acordo com a Carta-Circular nº 3.047/02 do Banco Central do Brasil, sendo que as respectivas antecipações estão registradas na conta de obrigações por adiantamentos de terceiros. Valor também é apresentado na Nota Explicativa nº 16 e.

(d) Referem-se a investimento em cotas de consórcio dos grupos administrados pela própria Administradora. Os valores estão distribuídos em grupos de imóveis e outros bens, sendo eles automóveis, máquinas e equipamentos agrícolas, carrocerias, caminhões e ônibus. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 o saldo em aberto estava composto de investimentos nos seguintes segmentos de consórcios:

Segmento	31/12/2020	31/12/2019
Bens imóveis	11.024	11.090
Bens móveis	3.932	5.289
Total	14.956	16.379

Em atendimento a Lei nº 11.795, de 8 de outubro de 2008, os créditos correspondentes a participação da Administradora em grupos de consórcios por ela administrados são atribuídos após a contemplação de todos os demais consorciados do Grupo, sendo desta forma integralmente registrada em ativo não circulante.

(e) Bens não de uso próprio

	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2019
	Custo	Provisão para desvalorização	Custo líquido de provisão	Custo líquido
Imóveis	18.741	(2.048)	16.693	16.912
Total	18.741	(2.048)	16.693	16.912

Os ativos circulantes recebidos em liquidação total ou parcial das obrigações de pagamento de seus devedores quando reintegrados, são considerados bens não de uso próprio. Os bens não de uso próprio são mensurados e contabilizados pelo valor justo de mercado e destinados à alienação, cuja venda em sua condição atual seja altamente provável. As instituições que compõem o Conglomerado Prudencial mantêm ações necessárias e semestralmente realizam esforços necessários para a venda desses bens.

9. Imobilizado de uso e intangível

	31/12/2020		31/12/2019		
	Custo corrigido	Depreciação/amortização acumulada	Líquido	Líquido	Taxas anuais depreciação/amortização %
Mobiliário	2.111	(604)	1.507	140	11,1 e 15,5
Equipamentos de processamento de dados	1.717	(1.131)	586	374	20 e 35,7
Equipamentos de comunicação e segurança	117	(37)	80	13	19,5 e 25,2
Veículos	52	(52)	-	-	-
Benfeitorias em imóveis de terceiros	546	(32)	514	-	10
Imobilizado de uso	4.543	(1.856)	2.687	527	
Sistemas de processamento de dados	8.071	(4.937)	3.134	1.206	25 e 49,3
Licenças e direitos autorais de uso	259	(259)	-	1	25 e 49,3
Intangível	8.330	(5.196)	3.134	1.207	
Total do imobilizado de uso e intangível	12.873	(7.052)	5.821	1.734	

10. Depósitos

Em 31 de dezembro de 2020, os depósitos foram remunerados com taxas de 99% a 183% do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI) (35% a 120% no exercício findo em 31 de dezembro de 2019). Além disso, existem depósitos a CDI mais spread fixo e a prazo pré-fixado remunerado a taxa de 6,8% ao ano. Nos depósitos existem operações com liquidez diária e outras com restrição de resgate. Os depósitos apresentam a seguinte distribuição de vencimentos:

	31/12/2020					Total	Total
	Circulante	Exigível a longo prazo			Total		
	Até 12 meses	De 12 a 24 meses	De 24 a 36 meses	Acima de 36 meses			
Interfinanceiros	101.777	17.255	-	-	17.255	119.032	
A prazo	1.838	25.121	11.958	56.838	93.917	95.755	
Total	103.615	42.376	11.958	56.838	111.172	214.787	

	31/12/2019					Total	Total
	Circulante	Exigível a longo prazo			Total		
	Até 12 meses	De 12 a 24 meses	De 24 a 36 meses	Acima de 36 meses			
Interfinanceiros	85.646	-	-	-	-	85.646	
A prazo	17.127	49.622	1.132	32.229	82.983	100.110	
Total	102.773	49.622	1.132	32.229	82.983	185.756	

11. Obrigações por emissão de letras financeiras

	31/12/2020		Total
	Circulante Até 12 meses	Exigível a longo prazo Acima de 12 meses	
Letra financeira garantida - LTEL	25.908	-	25.908
Total	25.908	-	25.908

Em 28 de dezembro de 2020, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.795/20, o Banco efetuou empréstimo por meio da Linha Temporária Especial de Liquidez, através de emissão de Letra Financeira com garantia em ativos financeiros (LTEL-LFG) junto ao Banco Central do Brasil. A LTEL-LFG no valor de R\$25.900, com vencimento em 17 de dezembro de 2021, possui correção da Taxa Selic somada ao spread de 0,60% a.a. fixado pelo Banco Central do Brasil.

12. Obrigações por empréstimos e repasses

Os recursos internos para repasses no País representam captações de recursos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). As operações contratadas possuem vencimentos mensais e trimestrais até o ano de 2023.

Tais recursos são repassados nos mesmos prazos e taxas de captação do programa acrescidos da comissão de repasse. Os encargos financeiros incidentes sobre obrigações por repasses são: pré-fixadas de 5,12% a.a. até 5,52% a.a.

Os recursos internos para repasses no País representam captações de recursos junto à Agência Especial de Financiamento Industrial (FINAME) por intermédio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). As operações contratadas, observadas as características de cada programa, possuem vencimentos mensais e trimestrais até o ano de 2025.

Tais recursos são repassados nos mesmos prazos e taxas de captação do programa acrescidos da comissão de repasse. Os encargos financeiros incidentes sobre obrigações por repasses são: (a) nas operações pós-fixadas de 5,81% a.a. a 6,65% a.a., com as variações do indexador TJLP; (b) nas operações pós-fixadas de 4,25% a.a. a 4,36% a.a., com as variações do indexador SELIC; (c) nas operações pré-fixadas de 0% a.a. até 20,46% a.a.; (d) operações pós-fixadas de 3,25% a.a. a 3,35% a.a., com as variações do indexador TLP/IPCA

	31/12/2020				
	Até 3 meses	Circulante De 3 até 12 meses	Total	Exigível a longo prazo Acima de 12 meses	Total
Repasses do País – BNDES	1.195	3.450	4.645	4.233	8.878
Repasses do País – FINAME	26.293	83.737	110.030	234.372	344.402
Total	27.488	87.187	114.675	238.605	353.280

	31/12/2019				
	Até 3 meses	Circulante De 3 até 12 meses	Total	Exigível a longo prazo Acima de 12 meses	Total
Repasses do País – FINAME	17.127	50.572	67.699	155.125	222.824
Total	17.127	50.572	67.699	155.125	222.824

13. Dívida Subordinada

	31/12/2020		
	Circulante Até 12 meses	Exigível a longo prazo Acima de 12 meses	Total
Letra financeira subordinada	4	60.000	60.004
Total	4	60.000	60.004

	31/12/2019		
	Circulante Até 12 meses	Exigível a longo prazo Acima de 12 meses	Total
Letra financeira subordinada	1.578	60.000	61.578
Total	1.578	60.000	61.578

Em 17 de dezembro de 2013, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.192/13, o Banco efetuou operação de captação, através de emissão de Letra Financeira Subordinada junto à Randon S.A. Implementos e Participações, controladora das Empresas Randon. A captação de recursos no valor de R\$60.000, com vencimento em 15 de dezembro de 2023, possui remuneração mensal de 100% do DI, pagos semestralmente a partir de 9 de julho de 2019. Em 9 de julho de 2019 houve o pagamento de juros acumulados no montante de R\$44.032, e durante o exercício de 2020 o montante de R\$ 3.224.

14. Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários

As empresas que compõem o Conglomerado Prudencial são partes em ações judiciais e processos administrativos, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas e cíveis.

Com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, é constituída a provisão para riscos cíveis e trabalhistas tendo em vista a existência de ações judiciais com probabilidade de perda provável.

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 as ações judiciais classificadas como perda provável e possível atualizadas montam os valores de:

Natureza	Provável		Riscos cíveis e trabalhistas Possível		Depósitos judiciais (Nota 8)	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Trabalhista	958	822	837	568	711	606
Tributário	-	-	234	-	-	-
Cível						
Indenizatória	-	3	1	1	-	-
Ordinária	-	-	1.708	1.708	-	-
Execução	-	-	-	-	-	15
Total	958	825	2.780	2.277	711	621

	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Realizável/Exigível a longo prazo	Circulante	Realizável/Exigível a longo prazo
Depósitos judiciais (Nota 8)	-	711	-	621
Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	-	958	3	822

Movimentação da provisão para riscos cíveis e trabalhistas

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	825	701
Constituição de provisão	318	253
Reversão de provisão	(185)	(129)
Saldo final	958	825

15. Obrigações fiscais correntes e diferidas

	31/12/2020	31/12/2019
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	6.944	4.335
Impostos e contribuições diferidos	55	14
Total	6.999	4.349

16. Outros passivos

	31/12/2020	31/12/2019
Fornecedores e outros credores diversos (a)	6.969	685
Salários e encargos	4.276	3.272
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	7	536
Fiscais e previdenciárias (b)	4.138	3.584
Sociais e estatutárias	13.254	5.752
Recursos pendentes de recebimento - grupos encerrados (Nota 8.a)	58.031	55.902
Recursos não procurados (c)	11.580	9.058
Outras obrigações diversas	18.667	13.856
Saldo remanescente de grupos a pagar (d)	5.785	3.950
Provisões para pagamento de comissões	5.860	6.624
Provisão programa de incentivo de vendas	5.240	1.098
Obrigações por adiantamento a terceiros (e)	-	1.058
Outros débitos (f)	1.782	1.126
Total	116.922	92.645
Circulante	116.789	92.645
Exigível a longo prazo	133	-

(a) Refere-se a repasse de recursos FINAME e outros fornecedores.

(b) Refere-se a impostos e contribuições a recolher.

(c) Referem-se aos recursos a devolver a consorciados desistentes, excluídos e provenientes de rateios de saldos, transferidos para a Administradora e mantidos à disposição dos participantes desses grupos encerrados, os quais são atualizados monetariamente, com base em aplicações financeiras indexadas ao CDI.

(d) Referem-se a obrigações decorrentes de encerramentos dos grupos de consórcio cujos recursos foram transferidos para a Administradora, conforme determina a Circular nº 3.432/09 do Banco Central do Brasil, atualizadas de acordo com os rendimentos proporcionados pelas aplicações dos recursos.

(e) Referem-se a adiantamentos recebidos de grupos de consórcio que foram concomitantemente repassados na forma de adiantamentos concedidos a fornecedores, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 8.c.

(f) Refere-se a outras provisões para pagamentos a efetuar, sendo elas outras despesas administrativas e outros pagamentos, e outros débitos.

17. Resultado de exercícios futuros

	31/12/2020	31/12/2019
Comissão por financiamento	2.091	1.306
Total	2.091	1.306

As comissões por financiamento representam receitas de encargos financeiros de operações de crédito pagas antecipadamente pela Randon S.A. Implementos e Participações e outras Empresas Randon. A comissão é apurada pela diferença entre a aplicação da taxa de juros praticada pelo Banco e a taxa de juros estabelecida pela promoção da conveniada nas modalidades de financiamento de Vendor, CDC e Compror (*Floor Plan*), conforme contratos de convênio para financiamento firmado entre as Empresas Randon.

18. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2020, o capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$135.000 (R\$75.000 em 31 de dezembro de 2019), representado por ações ordinárias e preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, com a seguinte divisão:

	31/12/2020	31/12/2019
Ordinárias	68.949.435	39.823.221
Preferenciais	68.949.435	39.823.221
Total	137.898.870	79.646.442

Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 06 de janeiro de 2020 e homologada junto ao BACEN em 11 de março de 2020, foi autorizado o aumento do capital social em R\$60.000, mediante a emissão de 29.126.214 ações ordinárias e 29.126.214 ações preferenciais. Do total, 50% foram integralizados em 08 de janeiro de 2020 e 50% em 16 de março de 2020.

b) Dividendos e destinação dos lucros

No Banco, as ações do capital social são asseguradas à distribuição de dividendos mínimos, obrigatórios, correspondente a 25% do lucro líquido ajustado de cada exercício. O dividendo será pago ou creditado tendo por base a data da publicação da Ata de Assembleia Geral que aprovar as contas do respectivo exercício, conforme prazo definido no Estatuto Social. Em 15 de maio de 2020, foram pagos dividendos obrigatórios, no montante de R\$1.910, os quais foram aprovados em Assembleia Geral Ordinária realizada em 13 de abril de 2020, relativos à data-base de 31 de dezembro de 2019.

Na Administradora, ao término de cada exercício social o lucro líquido apurado, após as deduções e amortizações legais, será destinado como segue: (a) 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, serão distribuídos aos quotistas, a menos que de outra forma seja acordado pelas sócias; e, (b) o saldo será transferido para conta "Reserva geral de lucros", podendo, a critério dos quotistas, serem distribuídos como lucros adicionais ou capitalizados.

Em 2020, devido a pandemia, o Banco Central publicou a Resolução 4.820 que limita a distribuição de dividendos para o exercício de 2020, conforme prevê contrato social, e o saldo remanescente deverá ser transferido para Reserva de Lucro. Na Administradora, no dia 19 de janeiro de 2021, em reunião de quotistas, foi deliberada a distribuição de dividendos no montante de R\$6.584, correspondente a 20% do resultado de 2020, com pagamento até 31 de março de 2021, o saldo remanescente foi destinado para reserva de lucro. Os dividendos foram integralmente registrados no exercício de 2020.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, foram pagos dividendos conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
	Banco		Administradora	
Saldo no início do exercício	1.910	578	-	-
Dividendos complementares provisionados	-	1.732	-	-
Dividendos provisionados	1.987	1.910	6.584	-
Reservas de lucros	-	-	-	10.000
Lucros acumulados	-	-	-	29.000
Pagamentos realizados no exercício	(1.910)	(2.310)	-	(39.000)
Saldo atual no exercício	1.987	1.910	6.584	-

c) Reserva legal

A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício limitada até 20% do capital social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404. Conforme regulamentado na Circular nº 1.273 de 29 de dezembro de 1987 do BACEN, foi constituída reserva legal para a data-base 31 de dezembro de 2020.

d) Reservas estatutárias

As reservas estatutárias são constituídas com o saldo remanescente do lucro líquido, após a distribuição dos dividendos e da constituuição da reserva legal, e destina-se a investimentos e à manutenção do capital de giro, a qual terá o limite de 80% (oitenta por cento) do capital social.

19. Imposto de renda e contribuição social

a) Conciliação do resultado de IRPJ e CSLL

A provisão para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) é calculada pela aplicação de alíquota de 20% no Banco e 9% na Administradora, e a provisão para Imposto de Renda (IRPJ), pela aplicação de alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro real que exceder a R\$240 no ano (R\$120 no semestre).

No Banco, a partir de 1º de janeiro de 2019 a alíquota da contribuição social foi reduzida de 20% para 15%. A partir de março de 2020, a alíquota da contribuição social foi majorada para 20%.

	31/12/2020		31/12/2019
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	30.879	63.553	59.013
Encargos (imposto de renda e contribuição social) à alíquota nominal de 25% e 20%, respectivamente – (Banco) (I)	(3.214)	(5.878)	(5.267)
Encargos (imposto de renda e contribuição social) à alíquota nominal de 25% e 9%, respectivamente – (Administradora)	(8.072)	(17.106)	(15.588)
Adições permanentes	(419)	(657)	(834)
Exclusões permanentes	396	567	843
Outros ajustes (II)	483	806	52
Total	(10.826)	(22.268)	(20.794)
IRPJ e CSLL provisão corrente	(15.065)	(27.818)	(21.797)
IRPJ e CSLL provisão diferida	(2)	(6)	(5)
IRPJ e CSLL ativo diferido	4.241	5.556	1.008
IRPJ e CSLL registrados no resultado	(10.826)	(22.268)	(20.794)
Alíquota efetiva	35,06%	35,04%	35,24%

- (I) A alíquota da contribuição social foi reduzida para 15% a partir de 1º de janeiro de 2019. A partir de março de 2020 a alíquota foi majorada para 20%.
- (II) Do montante informado em 31 de dezembro de 2020 em de outros ajustes, R\$322 refere-se a ganho do Banco conforme sentença em processo judicial nº 5000843-22.2015.4.04.7107/RS, correspondente ao benefício do PAT (Programa de alimentação do trabalhador).

b) Movimentação dos créditos tributários

A movimentação dos créditos tributários no em 31 de dezembro de 2020 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 é como segue:

	Saldo em 01/01/2020	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2020
Adições temporárias				
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	3.452	7.257	(5.673)	5.036
Receitas diferidas	522	8.738	(8.319)	941
Provisão para participação nos resultados	1.171	5.012	(4.421)	1.762
Provisão para desvalorização de outros valores e bens	101	820	-	921
Provisão para riscos trabalhistas	305	302	(205)	402
Provisão para perda de empréstimos a grupos	8.184	1.695	(989)	8.890
Provisão para comissões	2.252	11.781	(12.041)	1.992
Outros	467	3.639	(2.146)	1.960
Ativo fiscal diferido	16.454	39.244	(33.794)	21.904
Patrimônio líquido				
Randonprev avaliação atuarial	89	118	(12)	195

	Saldo em 01/01/2019	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2019
Adições temporárias				
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	3.336	4.956	(4.840)	3.452
Receitas diferidas	456	7.051	(6.985)	522
Provisão para participação nos resultados	999	2.986	(2.814)	1.171
Provisão para riscos trabalhistas	255	56	(6)	305
Provisão para perda de empréstimos a grupos	8.300	1.926	(2.042)	8.184
Provisão para comissões	1.916	13.532	(13.196)	2.252
Outros	168	1.778	(1.378)	568
Ativo fiscal diferido	15.430	32.285	(31.261)	16.454
Patrimônio líquido				
Randonprev avaliação atuarial	105	-	(16)	89

Os valores dos ativos apresentam as seguintes expectativas de realização:

Ano	31/12/2020	31/12/2019
2020	-	6.086
2021	8.964	3.540
2022	3.389	3.501
2023	4.622	1.664
2024	1.356	1.663
2025	3.573	-
Total	21.904	16.454

O valor presente dos créditos tributários, calculados em cada empresa considerando a taxa média de captação no Banco de 2,88% a.a. e pelos prazos acima descritos é de R\$7.108 (R\$3.770 em 31 de dezembro de 2019 à taxa de 5,32% a.a.), e na Administradora à taxa média de custo de capital de 11,83% a.a., no montante de R\$11.153 (R\$9.843 em 31 de dezembro de 2019 à taxa de 10%), com base nas projeções definidas pelo Banco e Administradora.

20. Receitas de prestação de serviços

	31/12/2020		31/12/2019
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Receitas com taxa de administração – Administradora (a)	95.019	181.557	177.601
Outras receitas de prestação de serviços – Banco	82	160	162
Total	95.101	181.717	177.763

- (a) Refere-se, basicamente, a taxa de administração cobrada dos grupos de consórcio. A taxa de administração é cobrada dos participantes dos grupos, no ato do recebimento das prestações mensais para aquisição de bens, em média de 14,76% (14,82% em dezembro de 2019) sobre o valor da referida contribuição.

21. Outras despesas administrativas

	31/12/2020		31/12/2019
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Despesas/provisões de comissões sobre vendas	30.400	58.377	65.915
Despesas de promoções e relações públicas	4.393	8.583	6.507
Despesas de serviços de terceiros	5.258	8.569	8.170
Despesas de propaganda e publicidade	6.253	7.746	7.923
Participação dos empregados	3.172	5.155	3.366
Despesas de processamento de dados	1.662	2.851	2.243
Despesas de manutenção e conservação de bens	1.242	2.278	2.249
Perdas com empréstimos a grupos	1.449	2.043	2.170
Despesas de serviços técnicos especializados	1.007	1.730	1.599
Despesas de serviços do sistema financeiro	396	817	1.037
Outras despesas administrativas	2.364	4.423	5.573
Total	57.596	102.572	106.752

22. Outras receitas e despesas operacionais

As contas de outras receitas e despesas operacionais possuem a seguinte composição:

	31/12/2020		31/12/2019
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Reversão provisão perdas com empréstimos a grupos	1.490	2.034	5.903
Multa e juros recebidos	860	1.552	1.756
Taxa de manutenção de consorciados não localizados	800	1.438	1.607
Variações monetárias ativas	752	988	969
Crédito de impostos	720	720	-
Reversão de provisões operacionais	513	516	256
Outras receitas operacionais	865	1.012	972
Total outras receitas operacionais	6.000	8.260	11.463
Provisão para perdas com empréstimos a grupos	(2.713)	(4.109)	(5.563)
Outras despesas eventuais	(868)	(1.271)	(706)
Despesas com outras provisões operacionais	(702)	(1.174)	(402)
Despesas com processos judiciais	(33)	(36)	(2)
Outras despesas operacionais	(83)	(82)	(3)
Total outras despesas operacionais	(4.399)	(6.672)	(6.676)

23. Transações com partes relacionadas

a) Transações e saldos

	Ativo										Passivo			
	Outros créditos		Provisão (Nota 7.b)		Diversos		Depósitos a prazo		Credores diversos		Dívida Subordinada (Nota 13)		Bônus por financiamento (*)	
	Diversos (Nota 7.a)													
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Randon S.A. Implementos e Participações	1.229	1.112	(6)	(5)	-	-	(831)	(64.749)	-	(130)	(60.004)	(61.578)	-	-
Randon Veículos Ltda	-	-	-	-	55	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Castertech Fundação e Tecnologia Ltda	3.372	-	(17)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Freios Controil Ltda	1.207	-	(6)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Jost Brasil Sistemas Automotivos Ltda	298	-	(1)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Master Sistemas Automotivos Ltda	1.805	-	(9)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RAR Corretora de Seguros Ltda	-	-	-	-	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DRAMD Participações e Ad. Ltda	-	-	-	-	7	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Rasip Alimentos Ltda	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Empresas Randon	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.091)	(1.306)
Pessoas físicas	-	-	-	-	-	-	-	(1.605)	-	-	-	-	-	-
Total	7.911	1.112	(39)	(5)	68	-	(831)	(66.354)	-	(130)	(60.004)	(61.578)	(2.091)	(1.306)

(*) Refere-se à equalização de taxa paga pelas Empresas Randon para incentivo ao financiamento de seus clientes nas modalidades de financiamento de Vendedor, Compror (*Floor Plan*) e CDC (Nota 17).

	Resultado							
	Depósitos a prazo		Dívida subordinada		Despesa Administrativas		Provisão para outros créditos diversos	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Randon S.A. Implementos e Participações	(760)	(5.236)	(1.651)	(4.855)	(4.447)	(4.559)	(6)	(5)
Jost Brasil Sistemas Automotivos Ltda.	-	-	-	-	-	-	(1)	-
RAR Corretora de Seguros Ltda.	-	-	-	-	8	(2)	-	-
RAR Indústria e Comércio de Alimentos Ltda.	-	-	-	-	(4)	-	-	-
Master Sistemas Automotivos Ltda.	-	-	-	-	(75)	(11)	(9)	-
Freios Controil Ltda.	-	-	-	-	-	-	(6)	-
Castertech Fundição e Tecnologia Ltda.	-	-	-	-	(9)	(7)	(17)	-
Dramd Participações e Administração Ltda.	-	-	-	-	6	-	-	-
Rasip Alimentos Ltda.	-	-	-	-	1	-	-	-
Pessoas físicas	(32)	(65)	-	-	-	-	-	-
Total	(792)	(5.301)	(1.651)	(4.855)	(4.520)	(4.579)	(39)	(5)

	Resultado							
	Bônus por financiamento		Prestação de serviços		Receita Receita Rendas de operações de crédito		Outras receitas operacionais – Reversão provisão	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Randon S.A. Implementos e Participações	-	-	97	113	11	4	5	-
Randon Veículos Ltda.	-	-	7	3	-	-	-	-
Jost Brasil Sistemas Automotivos Ltda.	-	-	5	6	2	-	-	-
RAR Corretora de Seguros Ltda.	-	-	11	9	-	-	-	-
Master Sistemas Automotivos Ltda.	-	-	16	15	16	-	-	-
Fras-le S.A.	-	-	10	8	-	-	-	-
Freios Controil Ltda.	-	-	4	3	11	-	-	-
Castertech Fundição e Tecnologia Ltda.	-	-	3	1	30	-	-	-
Jurid do Brasil Sistemas Automotivos Ltda.	-	-	-	1	-	-	-	-
Empresas Randon	18.641	17.443	-	-	-	-	-	-
Total	18.641	17.443	153	159	70	4	5	-

No Banco, as operações com partes relacionadas seguem políticas de preços e prazos específicos estabelecidos em contrato entre as partes. O acordo leva em consideração o prazo, o volume e a especificidade dos produtos negociados.

Na Administradora, as operações restringem-se à prestação de serviços administrativos, utilização de bens imóveis, contratos de mútuo, valor de conta aplicação, todos devidamente suportados por contratos entre as partes.

A Randon S.A. Implementos e Participações possui investimento em cotas de grupos de consórcios mantidos pela Administradora, no montante de R\$192 (R\$6.059 em 31 de dezembro de 2019).

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração do pessoal-chave da Administração paga no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$2.616 (R\$2.570 em 31 de dezembro de 2019), referente a benefícios de curto prazo. Os benefícios de longo prazo em 31 de dezembro de 2020 são representados por R\$254 (R\$247 em 31 de dezembro de 2019) e referem-se ao plano de previdência, conforme descrito na Nota 27.

O Banco não disponibiliza benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

A Administradora não pagou rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

24. Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 o Banco e a Administradora não possuem operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos em aberto.

25. Limite operacional (Acordo da Basileia)

As instituições financeiras são obrigadas a manter permanentemente capital (patrimônio de referência), compatível com os riscos de suas atividades.

Em 31 de dezembro de 2020 o índice de Basileia do Conglomerado Prudencial foi de 17,29%, estando bastante superior ao mínimo exigido.

Segue abaixo o cálculo dos principais índices:

	31/12/2020	31/12/2019
Patrimônio de Referência (PR)	229.654	151.181
Nível I (NI)	205.653	114.234
Capital Principal (CP)	205.653	114.234
Capital social	165.000	105.000
Reservas de capital	43.368	10.654
Ganhos não realizados de ajuste de avaliação patrimonial	418	166
Perdas não realizadas de ajuste de avaliação patrimonial	-	-
Ajustes prudenciais	(3.133)	(1.586)
Capital complementar	-	-
Nível II (NII)	24.002	36.947
Dívida subordinada	24.002	36.947
Ativos ponderados pelo risco	1.328.242	1.006.606
Risco de crédito	968.177	666.684
Risco de mercado	4.707	12.650
Risco operacional	355.358	327.272
Risco de taxa de juros da carteira bancária	4.213	2.590
Margem de capital (*)	123.395	70.652
Índice de Basileia	17,29%	15,02%
Capital Nível I	15,48%	11,35%
Capital Principal	15,48%	11,35%

(*) Margem de capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

26. Estrutura de gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital

A área de riscos do Banco em atendimento às Resoluções do Conselho Monetário Nacional nrs. 4.327/14 e 4.557/17, destaca os principais aspectos da estrutura de gerenciamento dos riscos operacionais, de mercado, de crédito, de capital, de liquidez e socioambiental utilizados pelo Conglomerado. As tabelas do Relatório de Pilar 3, aplicáveis ao Conglomerado, encontram-se disponíveis para consulta no endereço eletrônico www.bancorandon.com/governanca-corporativa/

Risco de crédito

O risco de crédito corresponde à possibilidade de perdas financeiras decorrente do não cumprimento, por parte dos tomadores ou contraparte, das suas obrigações pactuadas. Para mitigação deste risco, adota-se políticas de concessão e gerenciamento de crédito baseadas, entre outros instrumentos, na avaliação da capacidade de pagamento dos tomadores e delimitação dos níveis de exposição e garantias de forma a manter as exposições a níveis aceitáveis.

Risco de mercado

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição. As exposições de risco de mercado são mensuradas e administradas através da apuração do valor de risco relativo ao descasamento de taxas entre as operações ativas e as passivas, e da adoção de limites, políticas e controles de acordo com as estratégias de negócio da instituição.

Risco operacional

O risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. Com a finalidade de gerir o risco operacional, a área responsável mitiga os riscos com base no levantamento dos processos, na adequação/ajustes destes, no cumprimento de normas e regras, na estrutura de monitoramento e detecção, no acompanhamento da implementação dos planos de ação, além de mapear os eventos de perda. Para fins de alocação de capital em atendimento aos requisitos de Basileia, o Conglomerado utiliza para risco operacional a Abordagem do Indicador Básico conforme circular nº 3.640/13 do BACEN.

Risco de liquidez

O risco de liquidez é representado por descasamentos no fluxo de caixa, decorrente de dificuldades em se desfazer rapidamente de um ativo ou de obter recursos, afetando a capacidade financeira de honrar suas obrigações. Diariamente, através de projeções de fluxo de caixa, é monitorada a posição de liquidez com o objetivo de fornecer subsídios para decisões estratégicas, visando manter o nível de liquidez da Instituição, em patamares que garantam a solvência e a continuidade de seus negócios.

Risco Socioambiental

Entende-se por Risco Socioambiental como a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais. Com o objetivo de mitigar a exposição a esse risco, foi criada a Política de Responsabilidade Socioambiental em atendimento a Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.327/14, e incorporada a variável socioambiental em suas atividades e em seus negócios.

Gerenciamento do capital

O gerenciamento de Capital compreende o monitoramento e controle do capital mantido pela instituição, bem como a avaliação das necessidades de capital para fazer frente aos riscos ao qual o Conglomerado está sujeito. A estrutura de gerenciamento planeja suas metas de necessidade de capital considerando as melhores práticas de mercado e respeitando os objetivos estratégicos da instituição, bem como a complexidade e natureza de suas operações.

27. Plano de pensão e de benefícios pós-emprego a funcionários

As empresas que compõem o Conglomerado Prudencial são patrocinadoras de plano de previdência complementar, do tipo contribuição definida e um benefício mínimo garantido, equivalente a 1 (um) salário básico contratual para cada 10 anos de serviço prestado às Empresas Randon, limitado a 30 anos, o que lhe dá a característica de um plano misto, pois conjuga características dos planos definidos e de contribuição definida.

O plano de previdência, gerido pelo Randonprev Fundo de Pensão, uma entidade fechada de previdência complementar, tem como objetivo principal a suplementação de renda pós-carreira aos empregados das Empresas Randon.

O plano é avaliado atuarialmente ao final de cada exercício, por atuário independente, para verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos atuais e futuros.

O valor justo dos ativos do plano foi apurado com base nos parâmetros de mercado existentes no final do exercício de 31 de dezembro de 2020 ou, quando aplicável, pela projeção dos benefícios futuros derivados da utilização do ativo, descontada a valor presente. A obrigação atuarial no final do exercício foi determinada, com base nos cálculos do atuário independente, utilizando-se o método da unidade de crédito projetada.

As contribuições efetuadas no período montaram R\$358 (R\$206 em 31 de dezembro de 2019). O montante a pagar das contribuições mensais à Randonprev em 31 de dezembro de 2020 é de R\$172 (R\$82 em 31 de dezembro de 2019), registrado na rubrica de "Outras obrigações".

28. Eventos subsequentes

Capital Social

Em 08 de março de 2021, o Banco teve seu capital aumentado de R\$ 135.000 para R\$ 185.000, portanto um aumento de R\$ 50.000, integralizados em moeda corrente. O processo encontra-se em análise pelo Banco Central do Brasil.

Majoração alíquota CSLL

Em 01 de março de 2021 foi publicada no Diário Oficial da União a Medida Provisória 1.034/2021 que majora a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL para Bancos de 20% para 25% durante o período de 01 de julho de 2021 a 31 de dezembro de 2021. A medida provisória encontra-se em tramitação na Câmara dos Deputados.

Conselho de Administração

Presidente: Alexandre Randon

Vice-Presidente: Ademar Salvador

Conselheiro: Geraldo Santa Catharina

Diretoria

Diretor Superintendente: Joarez José Piccinini

Diretor Administrativo: Jaime Marchet

Diretor Comercial: Augusto Giongo Letti

Contadora

Renata Elisa Zini Gil
CRC/RS-073143/O-1